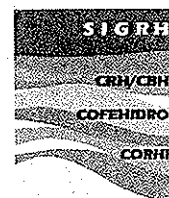




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - São Paulo/SP - CEP 05459-900 - Tel (011) 3133-3000



MINUTA

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CRH

23 de Maio de 2007 – Av. Morumbi, 4500 – Palácio dos Bandeirantes – Salão dos Pratos -  
São Paulo - SP.

Aos 23 de maio de 2007, às 14:00 horas, reuniram-se no Salão dos Pratos do Palácio dos Bandeirantes, à Avenida Morumbi nº 4.500, na cidade de São Paulo – São Paulo, os conselheiros, representantes e convidados do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, para tratar das matérias constantes em pauta, conforme estabelecido no Ofício CRH nº 004/2007. Aberta a reunião verificou-se a presença dos seguintes conselheiros e representantes: **Francisco Graziano Neto** e **Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini** representando a Secretaria do Meio Ambiente-SMA e a Presidência do CRH, **Rui Brasil Assis** representando a Secretaria de Saneamento e Energia-SSE e Vice Presidência do CRH, **Bruno Caetano** representando a Casa Civil, **Viviana A. Nannini** representando a Secretaria de Economia e Planejamento-SEP, **Luiz Sérgio Ozório Valentim** representando a Secretaria da Saúde-SS, **Reinaldo J. R. Campos** representando a Secretaria dos Transportes-ST, **Sérgio Robles Reis de Queiroz** representando a Secretaria de Desenvolvimento-SD, **Mauro Ricardo Machado Costa** e **Antonio Vaz Serralha** representando a Secretaria da Fazenda-SF, **Margaret Cruz** representando a Secretaria da Educação-SE, **José Carlos Tallarico Junior** representando a P. M. de Capão Bonito, **Cláudio Antonio Deberaldine** representando o Prefeito Clóvis Volpi e a P.M. de Ribeirão Pires, **Claudete Bezerra dos Santos** representando a P.M. de Poá, **Wanderlei M. Torrezan** representando a P.M. de Saltinho, **Marco Antonio Vieira de Campos** representando a P.M. de Iperó, **Waldemar Sandoli Casadei** representando a P.M. de Lins, **José Alberto Gimenez** representando a P.M. de Sertãozinho, **Jamil Seron** representando a P.M. de Santa Fé do Sul, **Antonio Carlos Contez Mauro** representando a P.M. de São José dos Campos, **Antonio Marcio Ragni de Castro Leite** representando a P.M. de Ilha Comprida, **Anícia Aparecida Baptistello Pio** representando a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP, **André Elia Neto** representando a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo-ÚNICA, **Luiz Sutti** representando a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo-FAESP, **Hugo Marcos Piffer Leme** representando a Associação Nacional dos Servidores Municipais de Saneamento-ASSEMAE, **Fernando Ariani Mangabeira Albernaz** representando a Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Público de Água e Esgoto-ABCON, **Nelson Vieira** representando o Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto e Meio Ambiente-SINTAEMA, **Maria Luiza Taborda Borges Ribeiro "Malu"** representando a Fundação SOS Pró-Mata Atlântica, **Miron Rodrigues da Cunha** representando a Comissão de Defesa e Preservação da Espécie e do Meio ambiente-CDPEMA, **Marcelo Beserra** representando a Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional de São Paulo – OAB-SP, **Antonio Silvan Oliveira** representando a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo, **Paulo Bezerril Júnior** representando o Instituto de Engenharia-IE, **Arnaldo Pereira da Silva** representando o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA, **Kokei Uehara** representando a Universidade de São Paulo-USP, **Durval Rodrigues de Paula Junior** representando a Universidade de Campinas-UNICAMP, **Antonio Francisco da Cunha-DAEE** representando o CBH-ALPA, **Márcio Corrêa Ribeiro-DAEE** representando o CBH-AT, **Cláudio Daher Garcia-DAEE** representando o CBH-BPG, **José Luiz Gava-DAEE** representando o CBH-BS, **Luiz Otávio Manfré-DAEE** e **José Luiz Fares-AEAN** representando o CBH-BT, **Lenina Mariano Salimbene**

102 propostas do município ambientalmente correto, que quer participar da gestão ambiental, esse  
103 enquadramento será a porta de acesso para os recursos públicos. As prioridades passarão a  
104 serem definidas pelo governo em função dessa disposição de mútua colaboração." "E uma das  
105 orientações que temos a transmitir e a Rosa Maria vai falar um pouco sobre algumas dessas  
106 orientações e falará sobre essa, que é um programa que a Agência Nacional de Águas-ANA, já  
107 tem levantado, que é a regulamentação no Estado de São Paulo do produtor de água. Uma das  
108 idéias que estamos pensando e ela já é conhecida, é de que parte pelo menos dos recursos da  
109 cobrança de água seja reinvestido no sistema para a manutenção da fábrica de água no Estado de  
110 São Paulo, ou seja para remuneração ambiental dos produtores de água. Com quais  
111 mecanismos? Temos de discutir." O Senhor Casadei, Prefeito Municipal de Lins, representante do  
112 segmento Municípios disse, "queria ressaltar que pela primeira vez estou ouvindo de uma  
113 autoridade a importância do município no processo de gestão das águas (...) e hoje lá em Lins  
114 temos uma lei municipal de proteção às águas na Câmara Municipal para que seja aprovada,  
115 estabelecendo todas as regras a serem observadas no município para que se garanta o êxito da  
116 política estadual e federal no município. Tenho esse modelo e coloco à disposição". O Sr. Luiz  
117 Sutti, representante sociedade civil organizada, entidade FAESP disse, "a exemplo do  
118 companheiro, somos os mais velhos no CRH e eu fiquei entusiasmado porque nunca como  
119 produtor rural fomos ouvidos dessa maneira aqui e achei interessante essa parte do produtor de  
120 água porque temos fama como produtores de sermos poluidores (...) sempre fomos taxados que  
121 somos contra e não somos não, sempre questionamos que queríamos saber o quanto, o modo e  
122 para onde iria esse recurso que iríamos pagar. Isso que está sendo questionado nesse conselho.  
123 Parabéns, fiquei entusiasmado com sua colocação nessa união em torno da sociedade pode  
124 contar com um segmento através da FAESP com o nosso presidente do sindicato e com nossa  
125 colaboração." Adentrando a pauta dos trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a  
126 aprovação da Ata da reunião anterior, **aprovada**. A Sra. Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini,  
127 representante segmento Governo do Estado de São Paulo-SMA, Coordenadora de Recursos  
128 Hídricos, COFEHIDRO e CORHI, apresentou brevemente a inserção da Coordenadoria de  
129 Recursos Hídricos na Secretaria de Meio Ambiente-SMA, com os objetivos de coordenar a  
130 Política, implementar os instrumentos do Sistema, apoiar as Secretarias executivas do CRH e  
131 COFEHIDRO, articular o CORHI e os demais sistemas do Estado de São Paulo, acompanhar o  
132 sistema nacional e interagir com os estados vizinhos e com organismos internacionais. Dizendo, "A  
133 CRHI passa a ter a coordenação do CORHI que passa a ter como representantes também a SMA,  
134 SSE, DAEE e CETESB. No COFEHIDRO temos apenas alteração de alguns componentes, temos  
135 SMA, Secretarias da Fazenda, Planejamento e de Saneamento e Energia, além dos quatro  
136 municípios e sociedade civil. CRH e CBHs mantem-se inalterados." Apresentou a agenda de  
137 trabalhos para 2007, planejando algumas oficinas para discutir temas estratégicos como água e  
138 floresta, marco regulatório de saneamento e interface com os recursos hídricos, questões de  
139 mudanças climáticas. "Teremos um programa permanente de comunicação para definir  
140 mecanismos de difusão de informação. A questão da representatividade também foi tema de  
141 discussão para definir mecanismos para ampliar e melhorar a participação no sistema e uma das  
142 questões levantadas foi a ampliação da representação nesse próprio Conselho, passando em vez  
143 de onze representantes dos segmentos para 21 representantes por segmento respeitando a  
144 divisão por bacia. E criação de outros temas no CORHI, ampliação de temas, enfim, e uma maior  
145 discussão para integração da legislação federal com a estadual." Complementando "outra  
146 demanda grande foi a revisão do manual, tanto de custeio quanto de investimento. Queremos  
147 transformar o manual, para mais orientativo do que cheio de regrinhas que foram sendo  
148 construídas ao longo do tempo, queremos transformá-lo em um centro de referência básica, para  
149 que todos possam segui-lo, e consiga até unificar e padronizar a apresentação de projetos no  
150 Estado(...) a cobrança pelo uso da água, que é uma demanda de todos os segmentos para que a  
151 gente defina o maior apoio para implementação da cobrança, no que podemos fazer, estamos  
152 apoiando, vamos propor a criação de uma Câmara Técnica-CT no CRH, projetos do CORHI  
153 voltados a apoiar os Comitês de Bacias no estudo e na implementação do banco de informações  
154 para ajudar a implementar a cobrança no Estado." E "No relatório de situação como já disse  
155 estamos discutindo os indicadores e vamos dar prioridade para discussão do relatório de situação  
156 estadual e de bacias desse ano. Já começamos a discussão e definimos a metodologia, para ver

212 havendo necessidade de priorização dos empreendimentos para se chegar a esse valor aplicando  
213 aqueles critérios que já apresentei, selecionando treze, empreendimentos para compor a carteira a  
214 partir desse ano de 2007. Lembrando que alguns desses empreendimentos na realidade são parte  
215 dos empreendimentos de 2007 quebrando em dois, propondo fazer uma primeira fase em 2007 e  
216 outra a partir de 2008 como por exemplo regionalização de diretrizes de proteção das águas no  
217 Estado de São Paulo que pelo montante não seriam capazes de serem desenvolvidos totalmente  
218 esse ano e o próprio desenvolvimento do PERH 2008-2011, estamos jogando para 2008, e  
219 diversas atividades voltadas para cadastro de obras voltadas principalmente a essa questão da  
220 cobrança estamos jogando para 2008. Para cada um dos empreendimentos previstos para 2007  
221 temos um detalhamento onde existe tomador, prazo de execução, objetivo, justificativa, resultados  
222 esperados, quanto se pretende do Fehidro e quanto é a contrapartida e o total do  
223 empreendimento." Houve amplos debates da proposta da Deliberação 69, na qual destacamos,  
224 por exemplo que o Prefeito do Município de Sertãozinho Sr. Gimenez pleiteava maior discussão  
225 conforme reunião anterior do COFEHIDRO, o Prefeito do Município de Iperó Sr. Marco Antonio  
226 Vieira de Campos lembrou que tratava-se dos detalhamentos, "O valor foi dito, está na Ata do  
227 Cofehidro, mas ficou a interrogação para ser continuada a discussão.", a Sra. Maria de Lurdes  
228 Taborda, "Malu", representante segmento sociedade civil organizada, entidade SOS Mata  
229 Atlântica disse que o rito deveria ser modificado para ser estabelecido à semelhança dos Comitês  
230 de Bacia, a entidade maior deveria dar o exemplo, ou seja, os empreendimentos candidatos  
231 deveriam seguir a "rota nas câmaras técnicas, recebe uma nota e depois vão para o plenário. Isso  
232 não ocorre no Cofehidro. (...) não temos condições de avaliar essa lista e mesmo a prestação de  
233 contas apresentada aqui, indicadores, os projetos concluídos pelo CORHI se foram a contento do  
234 Estado, de que maneira os recursos foram aplicados, e mesmo agora a deliberação do Cofehidro é  
235 sempre um cheque em branco. Porém, destaca a importância dos papéis que o Cofehidro exerceu,  
236 do CORHI, até agora. Se nós conselheiros sempre demos um cheque em branco porque os  
237 representantes do Cofehidro são delegados desse colegiado maior, em termos de rito não temos  
238 problema. Porém para entendimento, nós conselheiros que recebemos um e-mail e que o material  
239 não é o mesmo que estudamos, que fomos eleitos para um conselho, eu por exemplo creio que  
240 hoje é a terceira reunião depois de dois anos de mandato, então fica muito difícil a análise,  
241 Secretário, dessa forma." e o Sr. Presidente disse "Eu assumi o seguinte compromisso, na reunião  
242 do conselho estadual, hoje, prestaríamos as contas devidas para que o conselho saiba onde foi  
243 aplicado o dinheiro anterior porque o que pareceu naquela reunião é que além do mais toma-se  
244 esse recurso e usam para comprar carro, para fazer isso e aquilo em prol das entidades e não  
245 propriamente para o sistema. Eu falei, vamos ser muito francos, quero ver isso tudo direitinho. Foi  
246 o que tencionamos fazer aqui hoje e é isso que está acontecendo, uma dificuldade de  
247 comunicação. A Dra. Rosa e o Dr. Luiz Fernando, especialmente ele, tentou mostrar na  
248 apresentação como foi a aplicação dos recursos, os critérios, etc. para tirar suspeita de que o  
249 dinheiro não estaria sendo corretamente utilizado ou utilizado fora de diretrizes formuladas no  
250 CRH. Provamos por A e B para justificar a proposta aqui encaminhada. O que percebi, quero ser  
251 muito franco, também acho que não está bom esse critério de decisão. Algo no decreto X ou Y  
252 temos que observar porque realmente não temos de dar cheque em branco para ninguém. E eu  
253 nunca dei para ninguém. A idéia é apresentar aqui claramente onde os recursos serão utilizados.  
254 (...)Aqui ninguém está fazendo nada errado e todos reconhecem, formalmente está certo, mas não  
255 está muito claro ao aprovar essa lista, (...) mas quero lhes dar a garantia de que essa  
256 programação é para ser cumprida, é para valer e vai ajudar a todos Comitês, não é para comprar  
257 carro para ninguém, enfim não sei qual argumento nesse sentido, mas concordo que algo precisa  
258 ser melhorado nesses procedimentos de decisão." E o Sr. Rui Brasil, representante do governo do  
259 Estado de São Paulo, Secretaria de Saneamento e Energia ponderou "Sem dúvida nenhuma ele é  
260 o colegiado central do sistema e pode sim estabelecer, devolver e rejeitar essa deliberação. Com  
261 certeza. Na hora que se regulamenta a legislação a regulamentação é para dar procedimentos  
262 operacionais e isso é o que foi feito. Evidentemente essa regulamentação pode ser revista a  
263 qualquer tempo se entendermos que esse é o fórum para essa discussão e que esse  
264 procedimento não atende mais adequadamente ao sistema. (...), mas o que o Cofehidro faz com  
265 relação à aplicação dos recursos é que dada uma verba ele faz um papel meramente de distribuir  
266 nas diversas caixinhas do sistema, temos os Comitês, o CORHI, e há um ponto falho sim, e

322 não é crítica, é que depois de uma década acumulando foi crescendo, chegou a hora de um novo  
323 patamar e vamos levar essa discussão e o conselho será revigorado, tomará posse e vamos  
324 propor..”O Sr. Arnaldo Pereira da Silva, representante segmento sociedade civil organizada CREA  
325 solicitou que o “CREA fosse designado como titular em razão da ausência do representante dessa  
326 Associação, isso é importante para o CREA e também para o regime de votação”. O Sr.  
327 Presidente finalizou, “temos procedimentos que deveremos estabelecer de forma definitiva, nos  
328 próximos casos esses projetos serão previamente discutidos na Câmara Técnica devidamente  
329 antes de vir ao crivo do conselho.” Colocou a deliberação 69 em votação, foi **aprovada com as**  
330 **considerações pactuadas.** Sem mais agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a  
331 reunião.

332 A presente Ata está em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião. A Ata completa  
333 contém a íntegra desta reunião extraordinária.

334 PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

SECRETÁRIO EXECUTIVO